

DEMANDAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PANDEIROS PARA CONSERVAÇÃO DAS VEREDAS E MANUTENÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Thamyres Sabrina Gonçalves¹

RESUMO

Este trabalho aborda as comunidades tradicionais veredeiras e suas demandas socioambientais, o espaço de estudo é a área de proteção ambiental do rio Pandeiros na microrregião do município de Januária no norte do estado de Minas Gerais que abrange a bacia hidrográfica do rio São Francisco. O objetivo do levantamento é traçar estratégias de colaboração entre os diferentes setores da sociedade na conservação das Veredas da bacia de Pandeiros.

Palavras chave: Comunidades tradicionais. Ecologia humana. Etnobotânica.

ABSTRACT

This paper focuses on veredeiras and its social and environmental demands traditional communities, study space is to environmental protection area of the river Tambourines in the micro region of Januaria municipality that covers the boundaries of the basin of this river. The purpose of the survey is to draw such demands collaboration strategies between different sectors of society in the conservation.

Keywords: traditional communities, human ecology, ethnobotany

1. INTRODUÇÃO

O norte de Minas Gerais é um território de ampla sociobiodiversidade por ser habitado por diversas comunidades tradicionais que possuem um histórico de ocupação secular na região sendo que a sobrevivência dessas populações ao longo do tempo manteve-se relacionada às formas de lidar com a natureza (GONÇALVES & SILVA, 2012). As comunidades tradicionais estão na base do debate sobre a conservação dos recursos naturais no norte de Minas. Os espaços naturais que se mantiveram conservados ao longo dos anos em muito contaram com a contribuição dos povos que residiram nestes há gerações cujo modo de vida em dinâmica harmônica com a natureza proporcionou a eles uma relação holística com seus ambientes.

¹Thamyres Sabrina Gonçalves - Docente no Departamento de Agronomia - UFVJM

Dentre essas populações consideradas tradicionais da região têm-se as comunidades veredeiras ou povos das veredas (RODRIGUES & THÉ, 2012). Das comunidades veredeiras situadas no norte de Minas Gerais, grande parte é abrangida pela Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pandeiros que é um afluente a margem esquerda do rio São Francisco.

A caracterização fisiográfica da bacia de Pandeiros foi feita por Bethonico (2009) que também discutiu questões relacionadas à apropriação do território pelas comunidades e as formas de reprodução social, bem como a influência desses processos na conservação da biodiversidade na região da APA. Segundo Bethonico (2009), essas questões voltadas à conservação mostraram-se conflituosas em especial a partir do período da criação da APA.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação uma APA, essa área consiste em uma área de proteção de uso sustentável (MMA, 2011), todavia para que a utilização sustentada dos recursos naturais na APA de Pandeiros seja efetiva são necessárias ações de conservação que incluam as comunidades tradicionais veredeiras em seus planos de ações. Devido à importância ecológica da região, há uma boa quantidade de trabalhos científicos realizados na APA de Pandeiros (IEF, 2012; IEF, 2009) e a maioria desses trabalhos apontam problemas na gestão da APA e na relação entre agentes estaduais e as comunidades que sobrevivem dos recursos naturais da APA.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento de demandas socioambientais das comunidades veredeiras que vivem dentro da bacia do rio Pandeiros. A pesquisa foi desenvolvida por meio do programa Vereda Viva, que é um projeto de pesquisa que visa testar modelos de recuperação ambiental em áreas de veredas na APA de Pandeiros. É importante ressaltar que um dos objetivos desse programa é a integração da comunidade nas estratégias de preservação das veredas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

Conhecida como “Pantanal Mineiro”, a região de Pandeiros apresenta, em sua paisagem um ambiente rural, várias comunidades de pequenos agricultores, em

propriedades relativamente distantes umas das outras nas quais vê-se o cultivo de produtos da agricultura familiar, além da criação de animais.

Na vegetação, predomina o domínio fitogeográfico dos Cerrados, nas partes mais baixas do relevo estão as fitofisionomias de Veredas e as Matas Ciliares, ao longo dos vários riachos que afluem do rio Pandeiros.

O rio Pandeiros é um dos principais afluentes da margem esquerda do alto médio São Francisco e toda extensão dessa sub-bacia hidrográfica foi transformada em APA pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, abrangendo uma área de 393.060, 47 hectares que inclui os municípios Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas (VELOSO, 2011).

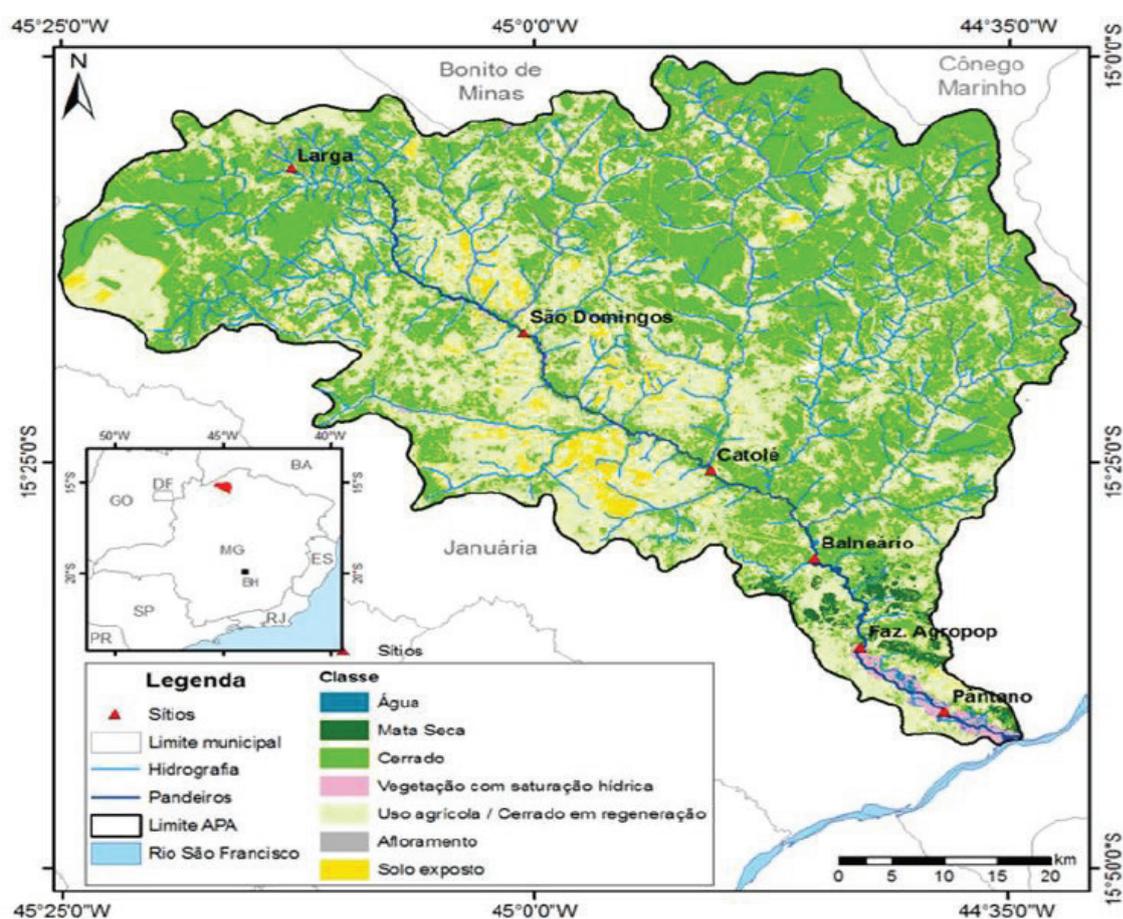
A pesquisa foi realizada no município de Januária, no ano de 2012 durante a reunião entre representantes do Ministério Público, Instituto Estadual de Florestas, Universidade Estadual de Montes Claros e lideranças das comunidades veredeiras da APA de Pandeiros, além de envolvidos com projetos socioambientais na região.

Durante a reunião, foram apresentados planos e metas para a recuperação de áreas degradadas na bacia de Padeiros; a forma de participação de cada um dos órgãos institucionais no projeto de recuperação dessas áreas; foi realizada a apresentação de cada veredeiro e foram ouvidas as demandas sociais e ambientais de todos eles.

Estiveram presentes representantes das comunidades: Buriti Grosso, Vereda Funda, Almescla, Água Doce, Buriti do Meio, Veredas do Acari, dentre outras. O IEF foi o órgão responsável pelo transporte do veredeiros de suas comunidades ao município de Januária onde ocorreu a reunião no campus da Universidade Estadual de Montes Claros. Além dos agentes sociais supracitados também estiveram presentes estudantes universitários e técnicos do IEF e da Empresa Mineira de Assistência Técnica Rural. Foram várias as demandas levantadas, muitas delas eram comuns, porém algumas eram específicas de uma ou outra comunidade.

Através das falas dos representantes veredeiros, foram anotadas as demandas ambientais e sociais das comunidades.

Figura 1 - Mapa da Bacia Hidrográfica e Área de Proteção Ambiental do Rio Pandeiros.



Fonte: VELOSO, 2011.

3. RESULTADOS

As principais demandas levantadas foram:

- A necessidade de apoio para a cadeia produtiva dos veredeiros através do beneficiamento dos produtos produzidos a partir dos recursos retirados das veredas com a criação de cooperativas e uma marca regional para estes produtos. Pois, muitas das comunidades possuem a complementação da renda familiar através de produtos que advêm dos recursos naturais das veredas como o Buriti (*Mauritia flexuosa*), espécie frequente nas veredas na região de Pandeiros. Percebe-se o interesse dessas lideranças em uma cooperativa, todavia também são perceptíveis desarticulações entre as diferentes comunidades com relação à capacidade organizatória, foram citadas algumas organizações não governamentais que atuam no apoio a organização

das comunidades em cooperativismo.

- Também foram levantadas por vários vereadores demandas relativas à melhoria nas condições das estradas, que são um grande impasse para agricultores na região norte de Minas, de modo que a comercialização de produtos depende quase exclusivamente de atravessadores, o que torna a produção mais cara e o lucro menor, o que de maneira indireta afeta a conservação das veredas já que a exploração tende a ser mais intensa a fim de que se possam atingir maiores lucros e isso faz aumentar a pressão antrópica sobre os recursos naturais da vereda. Portanto foi proposta a realização de um evento científico para discutir a melhoria nas estradas norte mineiras visando melhores condições de escoamento dos produtos agroecológicos.
- Como a maioria das comunidades veredeiras é composta por famílias de baixa renda, foram também levantadas demandas sobre o anseio das comunidades pelo apoio do IEF na concessão de pagamento por serviços ambientais aos vereadores. Esse que já é um debate posto na discussão acadêmica da biologia da conservação (FLORES et al, 2014) atinge o dia a dia das comunidades veredeiras do norte de Minas, pois, ao transformar os espaços naturais em áreas protegidas e limitar a possibilidade de uso dos recursos pelas comunidades os órgãos ambientais gestores do meio ambiente não trabalham no desenvolvimento de alternativas para que as comunidades possam compensar o espaço “perdido” para as unidades de conservação. Tem-se desse modo, um modelo de conservação baseado em estratégias que de certa forma impõem as comunidades a necessidade de exploração insustentável dos recursos das veredas, como a implantação de sistemas de drenagem de água da calha da vereda para irrigação agrícola, além da criação de gado dentro das veredas, ocasionada pela perda de espaço nas áreas de cerrado para projetos de silvicultura de eucalipto e desmatamento para produção de carvão geralmente ilegal. De fato, a maior problemática da conservação nas veredas da APA de Pandeiros parece ser a questão social, engendrada por conflitos ambientais e mau uso de recursos, politicamente um problema de gestão ambiental.
- Os vereadores também levantaram a necessidade de criação de medidas de

conservação para o Cerrado no entorno das Veredas a fim de que estas não sejam afetadas por impactos ambientais como assoreamento e queimadas por exemplo. Conforme explicitado pelos veredeiros, o desmatamento do cerrado, os conflitos fundiários, a escassez hídrica e a própria perda de biodiversidade tem feito com que as comunidades sejam “encurraladas” cada vez mais para dentro das veredas.

- Maior fiscalização dos órgãos ambientais junto às empresas do setor silvicultural que atuam no plantio de eucaliptos na região, bem como na derrubada de madeira do cerrado entre outros, foi também uma demanda da maioria dos veredeiros presentes na reunião. Pois, a exploração sustentável fica comprometida ou mesmo inviável devido à expropriação do espaço que acaba com a existência desses recursos, pois muitas comunidades afirmaram que antes viviam da comercialização de frutos do cerrado para complementação de renda familiar, todavia, não podem mais fazê-lo porque muitos desses frutos estão cada vez mais escassos. Gonçalves; Silva (2012) fizeram uma discussão acerca dos processos socioambientais no cerrado em relação às políticas de conservação e os povos do norte de Minas, colocando que a atuação dos órgãos ambientais se dá de maneira completamente diferenciada com relação às comunidades tradicionais e os grandes empreendimentos. Nesse contexto, as empresas no processo de licenciamento são beneficiadas e posteriormente não fiscalizadas. Já com relação às comunidades tem-se por um lado a destruição e a expropriação do cerrado e, por outro a imposição de restrições de cunho econômico, social, territorial, político e ambiental de uso desse ecossistema, aos povos que nele vivem a séculos de existência. Assim, os veredeiros cobraram do IEF a ação de multar as empresas que causam danos diretos e indiretos à preservação das veredas, inclusive citaram algumas dessas empresas.
- Também foi diagnosticada a necessidade de um levantamento quantitativo das comunidades veredeiras da APA do rio Pandeiros para que seja melhor estudada e compreendida a situação dessas comunidades. A geração desses dados pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para esses povos. É interessante analisar que isso é uma medida que deveria ser proposta pela universidade ao setor governamental, ou mesmo uma prática

recorrente no planejamento político das ações de desenvolvimento social e regional. No entanto, essa proposta parte de um grupo de agricultores em sua maioria semianalfabetos e relativamente pouco instruídos.

- Os vereadores levantaram também a demanda de necessidade de apoio da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural na produção agrícola das comunidades para que sejam evitadas as práticas que possam causar impactos ambientais, pois muitos afirmaram praticar ações prejudiciais ao meio ambiente pelo fato de serem desinstruídos quanto aos métodos corretos de atuação, como exemplo foi citada a drenagem de água da calha da vereda.

4. DISCUSSÃO

Todas as demandas levantadas estão direta ou indiretamente relacionadas com a qualidade de vida dessas pessoas, desse modo é possível inferir que a qualidade de vida nas comunidades veredeiras, de certo modo, depende da qualidade dos serviços ambientais prestados pelo ecossistema. Dentre as demandas levantadas embora sejam todas pertinentes e imprescindíveis, algumas são mais simples de serem atendidas e outras mais complexas, do ponto de vista do Estado.

Todos os órgãos institucionais representados possuem responsabilidades com relação às demandas levantadas e condições de ao menos tentar atendê-las. A maior parte desses problemas é comum a todas as comunidades, e também são apontados por diversos outros trabalhos (MENDES et al, 2014; ALMEIDA et al, 2014; LIMA et al, 2014).

Há também algumas demandas que são específicas de uma ou outra comunidade, e apesar de todas as limitações existentes (o deslocamento de todas as pessoas envolvidas, a capacidade de compreensão de cada um desses agentes em relação ao outro, por exemplo) para a realização de um evento como este, foi possível perceber o quanto é importante ouvir as comunidades.

Todas as demandas levantadas são pertinentes a questões sociais e econômicas, mas que não deixam de envolver processos ambientais, de modo que a inter-relação entre as comunidades e o ambiente é tão intensa que todos esses

problemas não poderão ser solucionados apenas com medidas ambientais nem apenas por medidas políticas. Já que a região é de uma realidade etnoecológica, é necessário que isso seja pensado pelos agentes gestores tanto políticos quanto ambientais cujas decisões influenciam de forma direta e impactante na sobrevivência daquelas pessoas.

FIGURAS 2a e 2b: Trabalhos de campo do Programa Vereda Viva: Fig. 2a: lanche oferecido durante a reunião com produtos comercializados pelas próprias comunidades veredeiras; Fig.2b: rodas de debate durante a reunião.



Fotos: autora (2012).

FIGURAS 3a e 3b: Trabalhos de campo do Programa Vereda Viva: rodas de debate durante a reunião.



Fotos: autora (2012).

FIGURAS 4a e 4b: Trabalhos de campo do Programa Vereda Viva: Buriti (*Mauritia flexuosa*), espécie de Palmeira amplamente usada pelas comunidades em sua etnobotânica conforme as falas durante a reunião do Projeto Vereda Viva no município de Januária-MG.



Fotos: autora (2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dia a dia, o debate se acirra na academia científica acerca do que se deve fazer em relação aos conflitos que foram gerados a partir das estratégias para conservação da biodiversidade no Brasil.

Nas comunidades, o nível de organização e politização é cada vez maior, mas todo esse discurso parece impenetrável nas salas de gabinetes, câmaras e assembleias legislativas. O que se produz de lei e de debate político acerca das questões ambientais são discussões pautadas em conclusões infundadas tecnicamente, visões distorcidas em discursos sociais radicalistas ou carregados de intenções políticas por trás meramente de questões eleitorais que acabam não significando quase nada na efetividade da conservação e nem na gestão das áreas protegidas brasileiras.

Se o Estado não legisla, não fiscaliza e não governa de maneira adequada, os conflitos ambientais continuarão a existir, a se intensificar e a aumentar cada vez mais, afinal os comportamentos sociais são todos regidos por leis. É o Estado quem cria uma unidade de conservação, é uma instituição do Estado quem decide se ela pode ser acessível ou não, é um gestor do Estado o responsável por construir estradas, também o Estado através da universidade é o responsável pela formação

de profissionais responsáveis e competentes para atuarem junto a essas comunidades.

O que se percebe através da audição de todos esses agentes é que há uma desorganização em cadeia da inter-relação entre os vários setores que deveriam trabalhar juntos para garantir qualidade de vida dos povos e a proteção para as veredas. Em se tratando de comunidades rurais, em uma região conhecidamente assolada pela pobreza, falta de informação e acessos de quase todo tipo, a opção certamente será por alguma alternativa que gere impacto ao meio ambiente. Deste modo, tem-se a responsabilidade de continuar a bater na tecla de reproduzir o debate social, da etnoecologia e da importância da sociobiodiversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. P.; SAMPAIO, D. T.; COELHO, A. S. **Questões socioambientais no alto sertão sergipano**: representações sociais do Monumento Natural Grota do Angico, em Poço Redondo, Sergipe, pelas comunidades locais. Anais do III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas, Universidade Federal de Viçosa, 2014.

BETHONICO, M. B. M. **Rio Pandeiros**: território e história de uma proteção ambiental no norte de Minas Gerais. Revista Acta Geográfica, n. 5, vol. 3, p.23-38, 2009.

FLORES, J. A.; FLORES, C.R.; SCHRODER, N. T.; KONRAD, A. C.; KONRAD, O. **Pagamento por serviços ambientais**: análise do programa de apoio à conservação ambiental em unidades de conservação de uso sustentável federais como instrumento de gestão. Anais do III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas, Universidade Federal de Viçosa, 2014.

GONÇALVES, T. S.; SILVA, C. A. **Processos socioambientais no cerrado norte mineiro**: silvicultura, conservação e os povos do lugar. IN: Anais do III Congresso em Desenvolvimento Social – (Des) igualdades Sociais e Desenvolvimento. Anais. Vol. 1, Ed. Unimontes, 2012.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. **Pandeiros**: o pantanal mineiro. Revista MG-Biota. v.2, n.2, 2009.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. **Referências bibliográficas** – APA rio Pandeiros. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Pesquisas-concluidas-unidades-de-conservacao/apa-rio-pandeiros.pdf>. Acesso Julho de 2014.

LIMA, G. S. et al (Orgs). **III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas [anais]**. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

MENDES, A. E. O.; OLIVEIRA, J. R. M.; MEDEIROS, L. C. **Conscientização social e proteção**: estratégias de gestão no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Anais do III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas, Universidade Federal de Viçosa, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf Acesso em fevereiro de 2014.

RODRIGUES, L. R.; THÉ, A. P. G. **Veredas, oásis do sertão**: conflito ambiental na apropriação dos recursos hídricos em Botumirim – MG. In: Anais do III Congresso em Desenvolvimento Social – (Des) igualdades Sociais e Desenvolvimento. Anais. Vol. 1, Ed. Unimontes, 2012.

VELOSO, M. D. M. **Estrutura, diversidade florística e variações espaciais do componente arbóreo-arbustivo da vegetação ciliar do rio Pandeiros, norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Lavras, 2011.